

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Sofia, só identificar aqui seu nome, por favor?

SÔNIA PRATA: Ah colocar meu nome aqui?

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: É. Doutora é aí nesse caso de Unaí, de Unaí não, na fazenda de Arinos o processo correu em Unaí não é isso?

SÔNIA PRATA: Isso, lá não era comarca.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Aham.

SÔNIA PRATA: Lá não era comarca. A comarca era hoje.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Hoje é comarca?

SÔNIA PRATA: Isso, hoje é comarca?

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Hoje o Arinos já é uma comarca?

SÔNIA PRATA: É, hoje ela é comarca.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum. E aí os dois irmãos foram assassinados?

SÔNIA PRATA: Isso os dois irmãos foram assassinados,

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: E o julgamento ainda foi em Unaí ainda, acho que acredito que foi nos anos 80.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum e você se lembra o nome dos irmãos?

SÔNIA PRATA: Um era Januário e o outro eu esqueci o nome deles, eu coloquei aqui no papel é o contato na época tinha (trecho incompreensível) no município de Arinos ela chamava Cida mas não é a Cida que era de Unaí, era Cida lá em Arinos mas assim eu vou depois eu passo pra vocês o contato do sindicato que vai ter pessoas lá que tavam acompanhando na época, eles indicam, tem pessoa.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: O sindicato acompanhou o processo?

SÔNIA PRATA: Acompanhou, o sindicato de Arinos e nós do pólo que tava morando em João Pinheiro também acompanhamos.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Aham. E aí quê que deu no final?

SÔNIA PRATA: Ele foi condenado, recorreu o assassino que é o veleiro né, na época ele fugiu, ele fugiu. Mas ele foi, ele foi, teve julgamento, ele foi condenado, gente eu não me lembro mas assim 3 anos, uma coisa assim significante sabe.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Muito pouco?

SÔNIA PRATA: É, pra duas pessoas 3, 6 anos ele recorreu. Aí eu não me lembro mais o quê que aconteceu, se ele teve é (trecho incompreensível) se ele apareceu, mas no dia do julgamento ele não foi.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Não foi?

SÔNIA PRATA: Não foi.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Na sua experiência como advogada, as penas das, dos grileiros, comandantes de assassinatos ao seu ver ela eram justas ou eram (trecho incompreensível) mais ou menos quais fichas os mandantes dos assassinados ou executores dos casos?

SÔNIA PRATA: Esses todos os casos de assassinatos que teve é, o tempo de condenação ele é muito pequeno prum assassinato é, e todos com violência e a maioria desses trabalhadores vinham, praticamente todos os trabalhadores que tavam lutando pra ter mais assim na terra né, tipo aquela família grande, é trabalhadores mesmo, de verdade que cultivava a terra, normalmente essas terra era abandonadas, é, pelo proprietário né, servia só como especulação, é, era muito pequena e eles nem iam pra cadeia. Isso até hoje na verdade.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Hum, (trecho incompreensível) acontece.

SÔNIA PRATA: Na maioria acontece que é recorrer em liberdade.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Por ser uma pena pequena né?

SÔNIA PRATA: Até muito pequena que ainda eles, se pro o advogado recorre e eles ainda fica em liberdade, que foi o caso desses lá, desse assassino que era grileiro de terra lá em Arinos. Que há outros casos também né, que é, é o assassino do Elói lá de São Francisco. E é o caso é, do seu, é, lá em Porto Nápoles, assassinato em Porto Nápoles também que não me lembro aqui se era 3 anos de condenação ou 4 anos, não lembro. E mesmo assim ele recorreu em liberdade, ele saiu junto com as famílias lá em liberdade, nem foi recorrido na cadeia, nunca pegou cadeia.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Hum. E a senhora recorda do contrário posseiros que mataram fazendeiros se a pena era maior, se ele ficaram presos?

SÔNIA PRATA: Assim, é, não conheço, não me lembro de nenhum a não ser o assassinato que teve tem tinha um conflito também que era trabalhadores posseiros da terra, é, nós chamávamos quem ainda não era, não era emancipado, que era o Município de Mineiro do oeste, hoje é o projeto de assentamento, é também um dos primeiros que foi desapropriado em 85, 84, a terra que o que se dizia dono né, que eu nem sei se era dono que se dizia dono, mandou matar uma liderança dentro da propriedade que se chamava Juraci, e aí acredito, a gente não tem certeza, que o filho de, do trabalhador né, veio a matar o assassino do pai.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: É, e ele fugiu né, assim, segundo informações porque a gente também não tem

certeza se ele foi assassino né. Se ele matou também é o assassino do pai, nós não sabemos. Mas como ele fugiu né, acreditava - se que era ele. Mais eu não acompanhei o julgamento, mais o contrário, imagina eles eram muito mais penalizados do que o proprietário. Até porque pros juízes o que vale é o título da terra. Antigamente e hoje não mudou nada.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Não mudou?

SÔNIA PRATA: Não mudou. Hoje talvez é exatamente igual, é tribunal e juízes, o que vale é o título da propriedade. Tá discutindo posse, mas mesmo assim o juiz costumam dar a liminar, despejar trabalhadores. É, assim, hoje existe algumas exceções né, um caso em almenara, um caso em eugenópolis, dão poucos casos de posseiros que já estão na terra a 80, 90 anos que não foram despejados, que conseguíamos que eles ficassem.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: (trecho incompreensível)

SÔNIA PRATA: Isso.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: A maioria é despejado então?

SÔNIA PRATA: A maioria (trecho incompreensível) despejados (trecho incompreensível).

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Hum. E havia alguma atuação de incentivo ou em parceria de delegados ou até dos judiciários com os fazendeiros? (trecho incompreensível)

SÔNIA PRATA: Assim, não como prova nossa né, nós nunca chegamos a apurar nenhuma prova não. Mas todo juiz daquela época é, a decisão de uma demanda entre o fazendeiro e o trabalhador rural na luta pela permanência na terra, tanto de arrendatário, posseiros, comodatários, arrendatários, parceiros agrícolas, todos os juiz, a maioria juiz decidiu a favor do que se dizia dono, mas não tem assim, é, prova de que lá talvez seja mais tendência mesmo né, juízes são conservadores e ainda são até hoje, e o tribunal também é conservador, com algumas exceções de decisões diferente.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: E sobre a história da terra no, em Minas a senhora falou um pouquinho com a gente, dessas áreas de reflorestamento que eram do estado. Será que cê pode comentar um pouquinho desse assunto?

SÔNIA PRATA: É, eu até quero passar pra vocês o contato de pessoas que fez um levantamento, fez um estudo sobre isso né, que estudou e tal pra fazer um trabalho sobre isso eu achei importante, é, mais é assim, no norte de Minas né, vários imóveis é, era da, pertenceu ao estado, quem administrava esses imóveis era (trecho incompreensível) Minas, eles passaram em, deram um arrendamento pra grandes empresas de reflorestadores, Floresta Minas, Cemibra, e várias outras empresas, tem a lista aí do estado né, que a maioria dessas terras ainda estão ainda.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Com essas empresas?

SÔNIA PRATA: Ainda estão com essas empresas ainda né. É, mas na época né, nos anos 70, final dos anos 70, início dos anos 80, é, antes ainda o, naquele momento que o estado estava fazendo o contrato com as empresas de reflorestamento, é, várias famílias de trabalhadores foram expulsa daquelas propriedades, algumas recuaram, ficaram nas grotas, tem até uma característica disso, porque que eles foram pra lá. Pra ficar meio escondido ou expulso ali do meio aí ficaram no meio, é, nas grotas dos imóveis né, tem várias histórias desse jeito, pra desocupar imóvel pro estado passar essas terras em parceria ou enredamento pra grandes empresa de, que planta eucalipto.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: E aí quem que era o responsável pelo, dessa expulsão dos posseiros? Era o próprio estado ou eram as empresas?

SÔNIA PRATA: Era os dois né.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Os dois?

SÔNIA PRATA: Porque a com a convivência do estado na época né, com a convivência eu acho que esse trabalho que foi feito né, vocês vão entender aí melhor como que se deu isso.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: E isso aconteceu mais foi no norte de Minas?

SÔNIA PRATA: Norte, norte que teve o trabalho mas às vezes empresas também foi é, objeto de contrato no Jequitinhonha também, mais assim, esse estudo que essa história foi eles que me contaram, foi trabalhadores que moram nas grotas que me contaram né, que contaram, a gente foi até na região com Rio Pardo de Minas, e lá na, próxima a Rio Pardo né, é que comentaram essa história, que na época os pais teriam saído da, que tavam morando (trecho incompreensível) lugar e que acabou indo lá pras grotas, várias famílias.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Então esse trabalho que trouxe essas informações, que eu peguei as informações. E a FETAEMG trabalha discutindo com o estado até hoje a devolução dessa terra pra fazer assentamento de trabalhadores rurais.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Isso é uma questão atual então?

SÔNIA PRATA: É, uma questão atual, os contratos muito, a muitos anos que vem, ta vencendo. E o estado tem hoje no caso, tem várias dificuldades. Quê que o estado alega? O estado alega que tem vários problemas assim, como algumas ações de (trecho incompreensível), das empresas de reflorestadora, alguns é, o arrendatário tá devolvendo menos terra do que arrendou. Aí o estado acaba não querendo receber essa parte por orientação pelo que me disseram né, da secretaria,

orientação da advocacia de lá do estado, não receber só a parte, tem que receber o total que foi passado. É, apesar disso a gente tem insistido que essas terra tem que ser arrecadada o mais rápido possível pra fazer assentamento de trabalhador rural. Embora algumas áreas já foram até entregue, existe cooperativas que a Rio Pardo de Minas, que eu estou lembrando agora que tem é, contrato e cooperativo que tá trabalhando nessas terras, que é algumas que foram devolvidas ao estado, que tá sendo ocupada.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Aí, isso aí é em Rio Pardo de Minas?

SÔNIA PRATA: É. Mas assim.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Tem mais algum (trecho incompreensível)?

SÔNIA PRATA: Eu só conheço o Rio Pardo mas pode ser que tenha outro município, mas eu não me lembro não.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum. E mais algum conflito que a senhora né, que a gente tratou aqui de Arinos.

SÔNIA PRATA: Arinos que é a fazenda do menino, né?

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Isso.

SÔNIA PRATA: Que além desse assassinato, na verdade essa fazenda do menino ela vem, ela pega dois ou três municípios Noroeste e Norte de Minas, ela é bem próxima da onde foi assassinado o Seu Elói Ferreira da Silva né, e lá que ele tinha posse também tava lutando pra permanecer na posse. É, tem a propriedade de também tentativa de resistência da posse da terra que era, que foi no Triângulo Mineiro né, município Iturama de que eu já fiz o comentário, na verdade Arinos era foco de vários trabalhadores que expulsos pela terra né, a, não sei se existe ainda a empresa Faial que um dos proprietários era Doutor Luciano que era conhecido aqui em Belo Horizonte e que, é, expulsava, isso é histórico no Noroeste de Minas em algumas regiões, Santa Fé, Arinos, é que eles e São Romão que a empresa tinha propriedade e o pessoal comentava muito que ele expulsava os posseiros da terra. E eu mesma acabei advogando em um ou dois processos para trabalhador que tava resistindo na terra.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum. E eram trabalhadores que já tavam lá a muito tempo ?

SÔNIA PRATA: Todos esses eram trabalhadores que nasceu ou que estava lá a 50 anos, ou que nasceu na propriedade.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Essa fazenda do menino mesmo é a característica de que vários famílias, era

toda formada de famílias de posseiros que foram (trecho incompreensível) muitos foram expulso e, é, acabou saindo né, o pai morou lá e eles acabaram saindo expulso pela violência dos grileiros, era oportunismo também né, porque os grileiros que é ou era da região que tinha um poder aquisitivo melhor e aí tentava tirar os pequenos pra tomar a parte da terra de posse de alguns trabalhadores. É, vamos as (trecho incompreensível) ?

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Mais algum caso que a senhora ?

SÔNIA PRATA: Tem, tem vários, olha, é Almenara também muitas propriedades era de posseiros, ocupadas por posseiros e o proprietário tava tentando, até hoje tem vários propriedades ocupadas por posseiro eles já moram lá a, os pais nasceram, os trabalhador tem 50, 60 anos e de repente tão sendo expulso e os trabalhadores contam que no decorrer desses anos de 20 anos, desde os anos 80, dos anos 70, final de 70 os do, os que se alegam dono porque alguns nem é dono de toda propriedade né, as vezes ele tem uma área bem maior e eles têm o documento bem menor, então eles, assim, tão com a ação de despejo hoje, mas na verdade essa tentativa de expulsão do homem do campo ele vem lá dos anos 70, deve ser antes também né, mas ele começou bem antes, tanto que muitos desses posseiro as áreas dele (trecho incompreensível) eles plantavam, e hoje as vezes eles tem um quintalzinho, moradia porque com o tempo eles vão, é, tirando ou então passando trator, e plantando eucalipto, plantando algum tipo de lavoura, soltando gado nas lavoura dos trabalhadores que também é uma característica de maldade, e tentativa de tirar trabalhador da terra né. Então Almenara são várias propriedades que tem Campo da Areia é.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Campo da areia é o nome da fazenda?

SÔNIA PRATA: Uma delas né, porque são várias.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Aham.

SÔNIA PRATA: Bom Jardim, que ainda tá na justiça, Campo da Areia até que os posseiros ganharam na justiça, mais a Bom Jardim ainda tá na justiça ainda, assim, o proprietário entrou com a ação de despejo, esses trabalhadores nasceram lá e eles já tem 50, 60 anos.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: E tem uma antiga que a, é, chama fazenda Marobá dos Teixeira. Marobá dos Teixeira, eu conheci essa propriedade a 22 anos atrás com o que se diz proprietário, fazendeiro, ele entrando com despejo e inclusive conseguindo é, liminar, despejo, pra dirubar lavouras e tal, dos trabalhadores 22 anos atrás.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Você se lembra o nome dele?

SÔNIA PRATA: Do proprietário?

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Não me lembro. Mais, é o seguinte eu tenho até cópia do processo porque, é, essa perseguição e a tentativa de retirada dos posseiros ela começa muito no passado e, nos, tão 22 anos atrás a gente começou a fazer defesa deles na justiça e pelo menos uns 8 anos atrás, 10 anos atrás eles conseguiram uma declaração de, da Fundação Cultural Palmares alegando, afirmando autodenominação que são áreas de quilombolas, então aí mudou um pouco a situação porque aí tira o processo de despejo da justiça local né, tirou também da vara agrária, tem uma vara agrária a nível estadual né, que trabalha os conflitos coletivos pela terra, e passou pra justiça federal, então aí mudou um pouco a situação que tá, aí está na LIDI, o Advocacia Geral da União, está o Incra porque o Incra que é, tem a competência de demarcação da área, eles estão fazendo esse trabalho no Marobá dos Teixeira, em Almenara, e Fundação Cultural Palmares também tá em processo e acaba que discutindo essa história deles ali né, até porque eles estão lá desde os pais deles e eles são idosos ainda né. Então assim, tinha o mais velho que já tinha 100 anos, quase 100 anos que contou isso na justiça né, pro juiz, e tudo e tal. E aí tá na justiça ainda, teve até uma sentença do juiz federal recusando a dar liminar recentemente e o proprietário entrou com recurso discutindo é, que é inconcional essa afirmação que eles são quilombolas. Isso em Almenara. Então o, a certidão de autodenominação de que são de quilombolas ela tem mais ou menos uns 10 anos e já tinha o conflito, mais isso não é inventado não. Na verdade os trabalhadores é, tem a característica, você chega no local, nas fazendas você vê aquela característica né, é, os muros de pedra, cemitério antigo, aí de certa forma a gente descobre junto com eles, eles vão descobrindo isso aos poucos.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: O próprio passado?

SÔNIA PRATA: É, isso, eles vão descobrindo assim, aos poucos né, eles sabem que tão lá a muitos anos e alguns interessantes, alguns ficam até com o título da terra, (trecho incompreensível) da área pequena da terra, tinha a área da terra, eles, alguns tem até título até né, (trecho incompreensível) dúvida né, (trecho incompreensível) porque alguns tem o título, porque ele é perfeitamente normal, pode ser que tenha comprado.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Aham.

SÔNIA PRATA: Ganhado de herança cada uma, cada área de quilombola tem uma característica diferente né. Nós trabalhamos assim, a gente acompanha alguns conflitos assim de áreas de quilombolas porque tava sendo expulso da terra FETAEMG acaba que a gente acompanha a

demanda judicial, e eles descobrem no decorrer do passar do tempo pelas (trecho incompreensível) né, de antiguidade, por eles ser negros e contar uma história também que vieram escravos que o avô disse que era assim né, a gente começa a conversar a gente descobre junto com eles, eles descobre também e nesse trabalho CPP né, inclusive em Almenara né CPP e outros movimentos aí MAP. MAP? É, isso mesmo, MAP, M - A - P.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Cê sabe o que isso significa?

SÔNIA PRATA: É, eu tenho um outro área de conflito que a gente acompanha também que é em Jenipapo de Minas que também no decorrer do processo de muitos anos atrás, eles descobrem também e foi reconhecido, aí já foi nos anos 2000, eles descobre, não é que eles descobre, eles têm consciência de que eles são quilombolas e aí pegaram a certidão de autodenominação que são quilombolas também, Jenipapo de Minas a propriedade o nome dela é, esqueci gente, mas eu, depois eu me lembro e tá aqui também, Jenipapo de Minas mas eu me esqueci o nome da propriedade, eu acompanho na justiça até hoje, já foi pra justiça federal também.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: É, assim, descobriram juntos né Jenipapo de Minas, além da CPP, MAP o movimento esqueci, é, eles acompanham também os trabalhadores.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum. Então sempre que a área for considerada de remanescente de quilombo ela muda de status vamos dizer assim?

SÔNIA PRATA: Ela vai pra justiça federal.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Ela vai pra.

SÔNIA PRATA: Isso não quer dizer que, porque tem gente que normalmente os advogados dos que se dizem proprietários né, que normalmente não são proprietários de tudo, na maioria das vezes eles tem um título bem menor

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: De um pedaço só?

SÔNIA PRATA: É, mas assim, a maioria das vezes é, eles, acho que todos os casos, eles não querem que vá pra justiça federal que eles acha que ali teria uma tendência, mas num é não, é porque ali os trabalhadores, é, tem assim, a justiça tá mais assim, é, digamos assim um órgão público, ele tá mais vigilante é mais ou menos isso pros atos dos juízes, eu acho que a diferença é essa porque ali tá junto do (trecho incompreensível) federal que passa né, a ser da justiça federal da (trecho incompreensível) federal, tem o Incra, quando a gente fala quem trabalha pro Incra é a Advocacia Geral da União e a Fundação Palmares que tá vigilante aquelas decisões ali né, e outra coisa, além de ser área de quilombolas. Por quê que são áreas de quilombolas?

Porque eles tão lá a muitos anos né, o pai já estava lá, o avô já tava, aí já tem filhos né, e aí o culturas diferenciadas né.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum. E o trabalho da FETAEMG, cê pode falar um pouquinho assim desde o começo? A FETAEMG assim, ela trabalha sempre junto com o trabalhador rural, como que é? A partir da demanda deles que vocês vão ou não, vocês?

SÔNIA PRATA: Então, todos esses casos que eu tô comentando com vocês, esses caso de violência né, é, todas as situações, todos os casos que o pessoal comunicou com a gente, avisou pra gente é, nós estávamos junto inclusive com é, advogados.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Trabalhando.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: (trecho incompreensível) sempre uma demanda dos trabalhadores?

SÔNIA PRATA: Sim, é. E todos esses casos que eu comentei com vocês nós estivemos advogando, se não eu, outros advogados no interior ou da região é, principalmente no passado né, porque é, com o vínculo da FETAEMG ao estado a gente recurso de ITR, esse recurso de ITR a FETAEMG acabava contratando alguns advogados né, e como é até hoje, e que dava assessoria jurídica pra esses posseiros e pra alguns arrendatários. Claro que com algumas diferenciações de região pra região.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Mas esse recurso acabou? O quê que aconteceu?

SÔNIA PRATA: Não, ele ainda existe ainda, e a gente é mantido com isso, ele ainda existe esse recurso financeiro ainda existe.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Mas ele é menor?

SÔNIA PRATA: Ele é menor, hoje a contribuição é mais espontânea pros trabalhadores.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Ela é mais espontânea.

SÔNIA PRATA: Ela é mais espontânea, a arrecadação é menor. Com a Constituição de 88 houve um, tinha um atrelamento do, da entidade sindical junto ao governo federal. Eles eram umpositor junto, não é só fiscalização não, isso é trabalho até (trecho incompreensível) dirigente sindical. É, aí houve um desatrelamento parcial porque a gente ainda tem, recebe algum recurso financeiro ainda do governo de imposto, a gente recebe parte, mas a maioria dos recursos da FETAEMG hoje é espontânea. Os trabalhadores são associados, aí eles fazem o seguinte: o sindicato recebe mensalidade, e aí repassa pra FETAEMG pra confederação em Brasília.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: (trecho incompreensível) tá contado no caso?

SÔNIA PRATA: Tá contado no caso. Isso.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Hum.

SÔNIA PRATA: Eles pagam o sindicato, eles não pagam a FETAEMG, eles pagam o sindicato.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Pagam o sindicato.

SÔNIA PRATA: Que pega a porcentagem, passa pra FETAEMG e passa uma porcentagem (trecho incompreensível). Então todas as áreas é, Jenipapo de Minas, tem uma área que foi desapropriada também Chapada do Norte que é no Jequitinhonha.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Chapada do Norte?

SÔNIA PRATA: Chapada do Norte, é. Lá também é acompanhada junto com a FETAEMG é, Campo vale, eles tinham uma sede e algumas pessoas que trabalhavam com, eles faziam projeto e tudo. Campo vale em Minas Novas. Uma das pessoas que trabalhou na Campo Vale é o Tizé, que hoje trabalha no estado, na secretaria de agricultura, na secretaria não, na secretaria da agricultura familiar, Tizé, ele inclusive conhece ele acompanhou, ele conhece na época quando o que se diz proprietário tava entrando com uma ação de despejo contra os trabalhadores que estava na propriedade de Chapada do Norte (trecho incompreensível), é ele foi até nomeado, ele fez com as pericia pra gente e tudo e tal, e ele acompanhavam também, Campo Vale acompanhava também, o pessoal vivia na delegacia quem dava assistência quem tava lá na hora né. A gente ia de vez em quando, mais a Campo Vale apesar é, tinha algumas pessoas trabalhando apesar de não ser advogado, eles tentava ajudar, e eles foram fundamental assim pra desabrigação do imóvel, é, dessa propriedade também. Teve um período que o Incri desapropriou algumas propriedades que era conflito agrário, que foi Unaí, é essa de Chapada do Norte, algumas no estado como aquela do Triângulo Mineiro também de Iturama né, que eu comentei com vocês.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: (ininteligível)?

SÔNIA PRATA: 83, 84. E aí essa de Chapada do Norte já foi assim no (trecho incompreensível) no final de 80 e início de 90, mas o conflito era antigo.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Aham.

SÔNIA PRATA: Tem um outro, eu falei de Jenipapo de Minas, um outro imóvel também que é, quando eu a do 22 anos atrás, quando eu fui ajudar é, fazer defesa de trabalhadores é em Berilo é, lá era um conflito de muitos anos atrás assim, nos anos 70. É interessante, que lá é assim, o proprietário ele tinha, pra entrar como uma ação na justiça ele tinha uma escritura de um pedacinho de terra, assim, por exemplo, 200 hectares, não me lembro mais, mas assim ele tinha

de 200 e a propriedade, era toda a propriedade era muito mais de 3, 4 mil hectares. Então ele tentou expulsar, e o problema é que não é expulsar através da justiça não, era uma situação de delegacia de polícia, os trabalhadores muito pobres, sem condições financeiras né, é, no passado nem tinha aposentadoria rural, a mulher não tinha aposentadoria, não tinha pensão então esse (trecho incompreensível) incentivo né era trabalhadores na seca né, no Jequitinhonha, Norte de Minas, o trabalhador em péssimas condições e ainda sendo expulso da terra, sem pra onde ir de verdade né, sem pra onde ir. Então, é, Berilo era um foco de áreas é, no final eles conseguiram até porque eles era posseiro antigo, uma ou outra ganhava na justiça, acabou que foram vitoriosos, não foram expulso. Aí vem uma pessoa que se diz que comprou de posseiros, é, e aí entra com uma ação na justiça contra outra terra, era até na estrada de Berilo pra é, eu esqueci, mas é município de Berilo, aí com uma ação contra outras famílias que fazia parte da mesma propriedade. Outras famílias a gente fala da estrada de Berilo, Vale da Lapa, então primeiro entrou contra isso já nos anos 70 né, tinha uma parte da estrada, aí entrou recentemente, mais assim.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: (trecho incompreensível)

SÔNIA PRATA: Recentemente é 15 anos atrás mais ou menos, entrou da outra parte.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: E lá teve violência?

SÔNIA PRATA: Então, todos os, esses casos, acabou que sim. Nos últimos anos não é sempre que tem aquela violência do passado né, ela é diferente, continua com violência mas ela é só diferente, ela é meio um pouco disfarçada né. É, antigamente prendia trabalhador, ia lá denunciava os proprietários, o delegado prendia trabalhador sem motivo nenhum né. É, eles continua do mesmo jeito, fazendo as mesmas denúncia e acaba sendo pressionado com liminar de despejo e tudo, mas acaba que é um pouquinho digamos assim, pelo menos assim, a sociedade acho que já não aceita tanto mais essa violência né. Então agora juiz já nomeia advogados pra dar uma assistência né, (trecho incompreensível), na verdade tem uma certa vigilância né. Os movimentos olham, a CPP, e a gente ajuda nesse caso de Berilo que são duas propriedades, primeira eu ainda vou conseguir passar esse documento pra vocês, que eu tenho. Eu tenho uma carta da FETAEMG, na verdade era uma telegrama, um telegrama da FETAEMG dessa área, da primeira área de Berilo, da primeira área que faz parte da mesma fazenda. Ele pedindo ao governador do estado um telegrama pedindo ajuda para o governador que esses posseiros antigos e tal, estariam sendo despejados.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Cê lembra qual era o governador da época?

SÔNIA PRATA: Não, não lembro não, mais foi no final dos anos 70, no início dos anos 80.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Mas eu tenho esse telegrama.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Eu achei esse telegrama, eu acabei advogando nesse processo também, no final deles né, mas aqui, mas começou com a FETAEMG começou com a assessoria jurídica com os advogados que passavam por aqui.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: É.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Então a FETAEMG nessa assessoria ela ia (trecho incompreensível) pra governador?

SÔNIA PRATA: A gente sempre foi atuante. Isso. Olha, hoje, até hoje a gente pega assim, acho que nunca mudou, no passado eu não sei, eu encontrei esse documento é, assim de forma eu não sei como é que era no passado por causa dessa, esse olhar aí né do público a entidade sindical que era perseguida né, dirigente que era muito atuante né, que lutava para que os posseiros continuassem lá, eles costumavam inclusive tem a história da primeira diretoria que teve afastada, nós temos é, acabou sendo funcionário e ele aposentou recentemente que ele foi caçado no primeiro mandato eu acho que tá, eu acho não, tá nesse documento que eu passei pra vocês.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: (trecho incompreensível) Cê lembra o nome?

SÔNIA PRATA: É, essa parte. João Dalicio mas tem outros também, ele era secretário, ele foi afastado sem nenhuma explicação, isso no passado.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: João Dalicio?

SÔNIA PRATA: João Dalicio, é.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Foi afastado pela polícia?

SÔNIA PRATA: Eu acho que ele foi afastado pela.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Pela polícia?

SÔNIA PRATA: Pelo governo, pelo Ministério do Trabalho sem nem explicação, eles não davam explicação né.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Cê poderia argumentar mais sobre a atuação do Ministério do Trabalho naquela época, década de 80, 70? Da atuação contra ou a favor do trabalhador (trecho incompreensível).

SÔNIA PRATA: Na década de 80 ainda havia é, fiscalização digamos assim né, é dos, através do Ministério do Trabalho e dos órgão públicos né, nos sindicatos e na FETAEMG, e aí também a CONTAG. Por exemplo né, ainda nos anos 80, eu advogando no Noroeste de Minas né, em Uberaba até que não, mas Noroeste de Minas, João Pinheiro, Unaí. Nós levantava de manhã e tinha dois policiais na porta da nossa casa, e qualquer manifestação, qualquer viagem que a gente ia fazer tava a polícia na porta do sindicato perguntando pra onde que a gente ia (trecho incompreensível). Claro que em 88, a legislação mudou que aí não precisava mais o Ministério do Trabalho não podia mais, é, fazer esses afastamentos e tudo né. Isso mudou um pouco, mais ainda permaneceu ainda né, os anos 90 permaneceu ainda é, até o judiciário né, decidindo, afastando dirigentes sindical, a polícia perseguindo dirigentes sindicais que ajudava trabalhadores na luta na permanência da terra né. E o próprio judiciário com decisões contra os trabalhadores e acabando afastado, alguns sindicalistas. Tem uma passagem assim muito triste, porque assim, de posseiros, pequenos posseiros, é, poucos posseiros em áreas que a gente acompanhou que foi no Noroeste de Minas, eu me lembro, eu me lembrei que, é, eu fui com uma senhora na delegacia de polícia em João Pinheiro, talvez 86, 87 não me lembro o nome.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Até o presidente do sindicato de João Pinheiro na época, ele chegou a ser presidente da federação aqui logo em seguida em 90, 93, 94 acredito que sim, chama Tião Neves, ele era presidente do sindicato na época de João Pinheiro, e eu fui com uma senhora até a delegacia que ela tinha sido, ela queria dar, fazer uma denuncia contra o proprietário, e aí o delegado de polícia que não me lembro o nome deu uns tapas nela.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Na sua frente?

SÔNIA PRATA: Perto de mim. Ela apanhou e ele gritava “puta”, “sem vergonha”, e tudo. Era muito triste. Não adianta dizer pra vocês que fiquei valente, fiquei morrendo de medo e assustada né, muito assustada. Aliás, ser maltratada na delegacia de polícia no período que eu acompanhei era uma coisa que corriqueira né, uma coisa que sempre acontecia né. Trabalhadores iam na delegacia, por isso que a gente tentava sempre ir junto né, na delegacia, não eram todos, claro mais era.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Pra tentar impedir um pouco.

SÔNIA PRATA: Pra tentar impedir maiores violências né.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Bem, é, no Jequitinhonha muitos casos de expulsão por terra e violência de

retirada de trabalhador que eu também comentei com vocês, tem também vários posseiros e a gente acompanha também vários processo de que, uns que tá na justiça, outros que já foram até despejados, que é o município de Joáima, muitos posseiros que ainda resistem na terra né. Resiste pelo seguinte, é porque acaba que muitos deles foram, o proprietário foi desmatando as terras, arando terras e eles foram reduzindo as posses, então alguns até abandonou por falta de local pra plantar, então alguns ainda resistem.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Não tinha como tentar mais lá né?

SÔNIA PRATA: (trecho incompreensível) mas não tinha como ficar, alguns ficaram e tentaram resistir, mas alguns ficaram também em pedaços pequenos de terra, a maioria que plantavam né naquele imóvel era posseiros mesmo né, no passado né. Alguns é, algumas áreas que inclusive até é a terra da devoluta né, que a terra devoluta do estado como tem uma que chama ele tem dois nomes é Anta Podre, Santa Rosa, que é lotado de posseiro, o estado agora estava até pensando em titular esses posseiros.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Isso é em qual região?

SÔNIA PRATA: Município de Joáima.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Joáima?

SÔNIA PRATA: É.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: (trecho incompreensível) do Jequitinhonha?

SÔNIA PRATA: No conflito antigo do Jequitinhonha. Ali são vários municípios que tem posseiros tá, Joáima, cidade de Jequitinhonha mesmo.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: É, a maioria. Rio do Prado tô lembrando de um, lá acabou sendo projeto de assentamento, o Incri acabou desapropriando, e vários outros municípios no Jequitinhonha que a gente acompanhou. Alguns já até acabaram, os que foram, que criou assentamento, outros não, outros trabalhadores acabaram sendo expulsos.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Você tem alguma memória em relação ao Vicente Nica, do Jequitinhonha uma liderança sindical?

SÔNIA PRATA: Então, olha tenho mais assim, aqui tem uma diretora da FETAEMG que ela acompanhou, é, porque ele é antes que eu estivesse aqui, era só porque as pessoas me contaram que era a Maria Rita, que eu vou passar ela pra conversar com vocês, ela vai contar tanto essa história apesar dela ser presidente do sindicato de Capelinha e hoje ela é diretora aqui, ela acompanhou, ela ajudou e ela também vai contar mais de perto o conflito lá de Alagadiço que

era uma espécie da Fazenda do Menino, é uma área muito grande né, 50 000 hectares e tal, que é tanto as empresas de reflorestamento demandando a terra e até conseguiu né, e também tinha de posseiros sendo expulso de grileiros né nessa propriedade.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Você mencionou a retirada de lideranças sindicais pelo Ministério do Trabalho. (trecho incompreensível) Você poderia dar mais detalhes de como isso era feito?

SÔNIA PRATA: Olha.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Eram sindicatos cadastrados junto ao Ministério do Trabalho? Como que era, ele tinha esse poder de afastar essas lideranças?

SÔNIA PRATA: Na verdade tinha uma legislação que dava o poder assim de afastar, mas isso é, foi a partir da ditadura né.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Que é liderança sindical sempre foi pra reivindicar e tal, então eles eram controlados e vigiados, sindicalista atuante ele na maioria da vezes era afastado, controlado, vigiado. Agora é o que, o da FETAEMG eu não acompanhei não porque isso é dos anos.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Foi antes dos anos de você chegar aqui (trecho incompreensível).

SÔNIA PRATA: Da Fundação, FETAEMG tem mais de 46, 57.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: É, com meados de 68 né.

SÔNIA PRATA: É, então a primeira diretoria que foi afastada, eu vou passar, eu vou pegar o contato aqui do João Dalicio que ele vai passar pra vocês. Mas daquela época tem história deles, dos primeiros sindicatos, é, nós ainda temos aqui que é dos primeiros sindicatos é o diretor do polo do Mucuri que é também da região de posseiros e eu também já acompanho alguns conflitos, alguns que eles foram até é despejados que a gente não conseguiu ser vitorioso nas ações né.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Poucos continuam na terra, alguns ainda continuam. Tem uma história em Teófilo Otoni que é dos anos 70 que eu queria comentar também, mas tem um advogado que acompanhou todo esse processo, ele chama, a fazenda acho que chama Colorado. Mais a gente conheceu a propriedade como a Fazenda dos Fritz.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Dos Fritz?

SÔNIA PRATA: Fritz.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Da Alemanha. Eles eram uma família.

SÔNIA PRATA: É, eles tinham parentes alemães e tudo, e eram pequenos proprietários, uma pessoa, não era grandes propriedades, uma, eles embebedou o dono, o que se diz, uma pessoa né, o latifundiário lá, e deu bebida alcoólica para o proprietário de uma dessas propriedades que ele era descendente de alemão e levou ele até o cartório, e ele acabou transferindo o imóvel para essa pessoa. É, em seguida quando ele tava normal, que a bebida já tinha passado aí ele foi, ele tentou procurar o advogado, ele tentou na justiça e ele foi assassinado pelo proprietário, por essa pessoa que tomou a terra dele né. E além de a violência da tomada do imóvel né, no cartório ainda foi assassinado.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Cê recorda o nome do que foi assassinado?

SÔNIA PRATA: É porque a gente chamava ele de Fritz, é o sobrenome dele na verdade, por isso que eu chamo a fazenda da Fazenda de Fritz.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Mas esse advogado que acompanhou lá, que ele teve um período que ele foi advogado da FETAEMG, mas ele, mesmo depois que ele saiu da FETAEMG é, o município de Teófilo Otoni, ele continuou advogando nesse processo e perdeu as (trecho incompreensível) na justiça, perdeu, apesar de ter provado o assassinato, ele perdeu.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: O assassinato foi quando?

SÔNIA PRATA: É no final dos anos 70.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: É?

SÔNIA PRATA: Mais acabou criando quando esse imóvel ia ser retomado pra, eu falo o proprietário né, ele já tinha até vendido pra outra pessoa, quando tava retornando, o movimento, vários movimentos de entidades sindical urbana e rural ocupara a propriedade por mais de 100 pessoas, É, pra ficar lá e manter a família no imóvel, pra dar força pra família manter no imóvel.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Pra família.

SÔNIA PRATA: E aí acabou que o Incra criou um projeto de assentamento, não me lembro a quantidade de famílias mas eu acho que eles vão trabalhar coletivo porque a área não é tão grande assim, 300 hectares mais ou menos 300, 400, uma área pequena, mas o Incra desapropriou, e eles vão fazer um trabalho coletivo, na verdade é muito bonito do pessoal até porque ser uma herança assim de ajudar e resistência na área né.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Hum. E eles tão lá até hoje.

SÔNIA PRATA: Eles estão, e agora fazendo um projeto de assentamento.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: E outras pessoas que entraram né, aí foi uma ocupação pra não deixar que tanta desumanidade pudesse acontecer. É, Doutor William ele é professor na universidade lá, na faculdade.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Cê lembra o nome completo dele?

SÔNIA PRATA: É Doutor William, não me lembro o restante, ele é professor, mas é muito conhecido na cidade de Teófilo Otoni.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Teófilo Otoni.

SÔNIA PRATA: Isso. É Doutor William.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Ele é professor onde?

SÔNIA PRATA: Ele é professor na faculdade de direito em Teófilo Otoni, e advoga, lá em Teófilo Otoni.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum. Ele advoga?

SÔNIA PRATA: Ele acompanhou o processo

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Advoga.

SÔNIA PRATA: Advoga e é professor na faculdade de direito de Teófilo Otoni.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: É, ele acompanhou até no final, e nós é, entramos no final quando o Incra tava eu ia nas reuniões e tudo.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Aham.

SÔNIA PRATA: Então foi o outro advogado que acompanhou esse processo.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Ahn, que bom então que conseguiram.

SÔNIA PRATA: Conseguiu a desapropriação do imóvel.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum. Ô Doutora, a senhora sabe falar um pouquinho pra gente qual que foi o papel da Rural Minas nessa, nesses conflitos? Como que era a atuação dela na área rural? Ou até sobre o contexto Rural Minas, Incra, conflitos?

SÔNIA PRATA: Olha, é, tá. (trecho incompreensível) Rural Minas, Rural Minas ela tinha uns escritórios no Norte, no Noroeste que eu até comentei é que era João Pinheiro, ela estaria regularizando, antes de 88 ela poderia regularizar posseiros do imóvel mas ela na verdade atuou em pouquíssimo caso de alguns pequenos títulos de alguns posseiros, era uma burocracia muito grande nós chegamos até indo até o escritório da Rural Minas, em alguns lugares pra ajudar, perguntar como é que tava o processo, então poucas pessoas. Mais o que a gente constatou

depois de muitos anos que passou 88 é que muito desses imóveis foi titulado pra grandes proprietários, que a proibição de titular grandes propriedades né maior de 200 hectares ela foi na Constituição de 88 e de, a federal foi de 88 de Minas Gerais, foi 88 ou 89 né, que foi depois que na constituição estadual ela proíbe a titulação né, na época a Rural Minas. E hoje é da secretaria de regularização fundiária do estado, já foi é, hoje é secretaria.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Mais a Rural Minas agora foi extinta ?

SÔNIA PRATA: Na verdade a Rural Minas foi extinta. Então o papel nos conflitos mesmo que eu acompanhei era nem muito, muito pelo contrário eles passavam imóveis como caso dos contratos do norte do Jequitinhonha, e a titulação de pequenos posseiro, foi pouquíssimos. Assim, isso no Noroeste, no Jequitinhonha e até Norte de Minas, isso eu tenho certeza. Na verdade nunca (trecho incompreensível) atuou.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Em defesa. dos.

SÔNIA PRATA: Em defesa não. Claro que em alguns casos isolados né.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Cê imagina eu comentando.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Algumas vezes né.

SÔNIA PRATA: É, cê imagina eu comentando com vocês que a FETAEMG mandou um telegrama pro governador do estado pedindo interferência na ajuda pra não despejar os posseiros lá em Berilo, tudo e tal. Então assim, as pessoas que a gente tinha, que eles tinha pra recorrer na época que eu não estava aqui era isso mas em alguns casos aconteceu, mas é casos isolados. Então a Rural Minas em hipótese nenhuma ela ajudou. É, teve uma, aí já foi nos anos 90, 97, 98 não me lembro, Adelmo Carneiro Leão ele.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: (trecho incompreensível).

SÔNIA PRATA: Adelmo. ele, do PT, ele instaurou na, ele era um deputado estadual, ele instaurou a CTI da Rural Minas e foi aí que conseguiu o levantamento dessas áreas que estava, que era assim pelo menos pro meu conhecimento, foi só aí que tivemos conhecimento das áreas que estava é, arrendada pra empresa de reflorestadores.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Houve outra CTI da Rural Minas na década de 90?

SÔNIA PRATA: Eu só me lembro dessa na assembléia legislativa, eu só me lembro dessa. Mais depois que cresceu o Instituto de Terras do Estado o ITE ela também foi fundamental e foi no início de, dos anos de 2000, acho que sim o ITE.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Então 96, 98? Instituto de terras?

SÔNIA PRATA: Instituto de Terras do Estado, depois foi extinto, é.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: (trecho incompreensível)

SÔNIA PRATA: E abriu a secretaria. Foi acho que início de 2000.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: E ele teve papel fundamental?

SÔNIA PRATA: O ITE teve, foi, a diretoria era atuante, teve papel de levantamento dessas é, dessas áreas, de tentativa de retomada. Mas claro que foi, que não foi tão grande, mas começou a mudar um pouco a situação do estado com relação as terras. Hoje nós temos até um programa no estado de regularização fundiária pra titulação de posseiros. Então hoje nós temos vários municípios que recebeu assim 2 000, 400 títulos, 2 000 títulos de pequenos posseiros em terra devoluta ainda.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Que era terra do estado?

SÔNIA PRATA: Mas é, isso, que é terra do estado antigas, pequenas áreas, é que as pessoas ficaram lá, aí vai no cartório, não tem documento, nem título, aí os pequenos posseiros são titulados, mais isso, o que a Rural Minas devia ter feito.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: É mais recente?

SÔNIA PRATA: É mais recente, tem alguns anos, começou com o governo anterior do estado.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Né, no problema de titulação e, é continua com esse novo governador fazendo, eles pegam mais municípios que tem, já tem algum levantamento né, e aí tão fazendo as regularização. Não é uma coisa estadual assim que é como a gente queria, mais estão iniciando um trabalho de titulação de terra.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Aham. Ainda tá em (trecho incompreensível).

SÔNIA PRATA: É, mas muita gente já foi titulada.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum. E em relação a UTA.

SÔNIA PRATA: Então, é, eu sei que tem projetos, projetos que eles falam da Rural Minas em João Pinheiro né, que é um histórico anterior, mas eu acompanhei desde as primeiras desapropriação de 83, 84, que foi feito pelo Incra né.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Sempre feito pelo Incra? Essas desabrigações.

SÔNIA PRATA: No passado, depois de 83, sim. Mais assim no passado outros programas, que é a Rural Minas né, (trecho incompreensível) que é outro projeto, tem na cidade de João Pinheiro, tem uns outros programas em Iraí de Minas, tem uns outros programas, mas é do Incra é, em 83, 82, 84, 85 começou as primeiras desapropriações que é Unaí, Cachoeirinha, no Norte de Minas,

teve uma outra também que agora eu esqueci que é no Norte de Minas, é, João Pinheiro. Por exemplo, tem um caso de João Pinheiro, o imóvel foi desapropriado pelo Incra e o Incra em 84, 85 era uma questão de violência porque era quase 20 000 hectares é, com 2 ou 3 ou 4 carroeiros que tava desmatando toda a propriedade, e oferecia mais ou menos assim 17 empregos, na verdade ninguém com carteira assinada e desmatando a propriedade com muito mais facilidade pra vender madeira. É, esse tipo de exploração, o Incra desapropriou, é, acho que quase 300 assentados, que a terra não era de tão boa qualidade assim mas hoje tem um laticínio, envolve quase 2 500 pessoas morando e trabalhando perto da terra.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Os assentados e a família dos assentados. Tem um laticínio imenso perto do projeto de assentamento, o pessoal produz muito leite diariamente então é muito bonita a gente ver essa informação, se quem conheceu propriedade.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Antes né?

SÔNIA PRATA: Que servia, tava sendo desmatada né. E aí posteriormente ela vira um projeto de assentamento e é muito bonito a gente ver o pessoal morando e trabalhando na terra.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum. E aí vocês sempre, quando cês iam reivindicavam terra pros posseiros que tavam sendo expulsos, as reivindicações iam pro Incra?

SÔNIA PRATA: É, assim desde que é, eu iniciei a trabalhar todos os imóveis que tinha essa disputa né, e violência o proprietário querendo retomar e os trabalhadores dentro do imóvel e sofrendo violência, a violência assim, era a tentativa de despejo e outras coisas né. A gente sempre, a FETAEMG sempre mandou ou os sindicatos né, e outros movimentos também né, como CPP e tal. A gente mandava pautas pro Incra, pedindo a desapropriação e a vistoria daquelas propriedades.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Era na verdade, apesar de ser um governo ainda que não estava preocupado com a violência no campo mais é, digamos assim que muitas pessoas estavam preocupados com isso né, que viam a violência e que tava preocupado com isso, e a gente mandava, a gente denunciava né, a gente é o sindicato.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: A FETAEMG.

SÔNIA PRATA: A FETAEMG, a Confederação, a CONTAG né e é, CPP também ela já estava aqui também, (trecho incompreensível) não conheço a história do CPP no estado, mas a gente trabalhou por exemplo em Unai junto com a CPP.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Desde que cê começou a CPP já tava né?

SÔNIA PRATA: Já estava em alguns municípios né.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Aham.

SÔNIA PRATA: Em Unaí por exemplo ela estava presente, em outros municípios ela não estava presente.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Aí vocês mandavam essas causas pro Incra?

SÔNIA PRATA: A gente mandava as reivindicações, essas demandas e tudo pro Incra, então, é, não tenho isso é, às vezes eles nem aceitavam protocolar e a gente entregava, porque é tipo assim, não quero compromisso com vocês né. INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Aham.

SÔNIA PRATA: É, então ainda usava legislação ainda do Estatuto da Terra e pra desapropriação poucas legislações foi publicada posteriormente né, acho que 93 e tal, que mudou alguma coisa.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Mas usa o Estatuto da Terra, até hoje, pra desapropriação de terra.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: E aí tinha um escritório do Incra aqui em Belo Horizonte?

SÔNIA PRATA: É (trecho incompreensível) interesse do Incra ela já mudou de nome algumas vezes no passar desses tempo.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Aham.

SÔNIA PRATA: Mas IBRA, era Incra, IBRA. Mais é, teve muita desapropriação do estado, na verdade mais do que recentemente, infelizmente.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Na época cê tá falando teve mais do que agora?

SÔNIA PRATA: Aconteceu mais no passado, porque agora está parado na verdade

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: É de 80, 90 ou?

SÔNIA PRATA: De 85 até final de 2000, até 2000 e pouco. Assim essas aprontações que a gente teve, ultimamente nos últimos anos algumas questões pontuais.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Não é mais, não que são tantos, a gente deve ter no estado pelo Incra num sei, uns aproximadamente 300, 310, 315 projeto de assentamento.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Hoje?

SÔNIA PRATA: Hoje.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: E quantos sindicatos?

SÔNIA PRATA: Nós temos mais de 600 sindicatos de trabalhadores rurais.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: 600?

SÔNIA PRATA: Isso.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: E lá nos anos 80 cê lembra mais ou menos quantos que tinha?

SÔNIA PRATA: Ah, uns 200 e pouco.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: 200 e pouco?

SÔNIA PRATA: É, eu não me lembro assim, exatamente né.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Aham.

SÔNIA PRATA: Mas pelo que a gente faz de cálculo é mais ou menos isso.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Aham. Uhum. E a maioria era sindicato novo? Assim, criado a pouco tempo? Cê lembra?

SÔNIA PRATA: É, os primeiros sindicatos que inclusive fundaram a FETAEMG. Então era um pouquinho mais velho, 2 anos, 3 anos mais velho que a FETAEMG que é, aí tem naquele livro tem, história né, do Joaquim de (F) ele é diretor do polo de Mucuri, ele sabe, tem muitas informações pra contar, inclusive a história dele né.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Que é do tempo da ditadura né, da perseguição junto aos sindicatos e tem os primeiros sindicatos que foi (trecho incompreensível), e principalmente o Joaquim (F) que tinha uma tendência em ajudar os trabalhadores né, como já acompanhava e aí o (trecho incompreensível) da perseguição, até poucos anos atrás. Os sindicatos atuantes, até poucos anos atrás, sei lá, 10 anos, 12 anos, havia perseguição.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: E havia mesmo, eu entrei no movimento sindical pra trabalhar já como advogada né, no final de 81 e tinha polícia na porta de casa.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Era monitorada.

SÔNIA PRATA: Era.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Esse monitoramento foi até quando? A senhora lembra?

SÔNIA PRATA: Na verdade a polícia é violenta até hoje né.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Ela é alguém que dificilmente a gente dialoga.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: É.

SÔNIA PRATA: Em alguns casos sim, mais, esses dias atrás mesmo a gente tava com o diretor aí do estado, ele tava comentando, mudou totalmente, comentando isso né, que hoje negocia com a polícia. Então é assim, não é totalmente não, ainda tem influência ainda de alguns órgãos né, de latifúndio, existe influência ainda que aí a Polícia Militar ela é violenta ainda. Ela coisa pra negociar com ela é difícil, as mesmas coisas os juízes né, eles dá uma liminar, aprecia pouco a questão da posse dos trabalhadores né.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum. Vocês ainda tem dificuldade de negociação.

SÔNIA PRATA: Tem dificuldade de negociar. E o judiciário tem dificuldade de aceitar, de olhar a função social da propriedade que tá na Constituição, a gente está lutando, todo mundo escreve sobre a função social da propriedade, mas ela na verdade não é olhada, nem cumprida né, ainda tá (trecho incompreensível) especulação, e ainda é objeto da acúmulo de riqueza e de poder ainda de coronéis. Claro que muda de município pra município né, mais.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Tem mais algum município que a senhora gostaria de relatar a violência no campo que a gente não comentou? É, talvez na região do Sul de Minas, sua experiência na região? Do Triângulo Mineiro mais alguma coisa?

SÔNIA PRATA: Então, eu tava querendo comentar, apesar de ser objeto de uma certa polêmica é porque quem coordena, que existe assim, quem coordena, quem coordena aquela propriedade ou MST ou outros movimentos de Uberlândia que são 17 movimentos né, (F), MPL né, e pra gente não tem nenhum problema não, a gente, a FETAEMG ela vê com muito bom olhos a criação desses movimentos e a atuação da (F) cada um da sua forma, cada um do seu jeito né. Então a FETAEMG não tem nenhum problema não, o pessoal que gosta assim é, pessoal que eu falo é aí principalmente trabalhador sem terra, eles estão aqui é, junto ao sindicato e a gente ajudando a FETAEMG mas eles (trecho incompreensível) se aqui não tá dando certo eles ter esperança de que ali pode dar certo.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: E a mesma coisa quando eles são do MST. Então essa propriedade ela é no município de é, Campo do Meio, (F) Ariadnópolis, que é objeto de conflito até hoje.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Ariadnópolis?

SÔNIA PRATA: Ariadnópolis. Município de

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Conflito?

SÔNIA PRATA: É, de.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Campo do Meio.

SÔNIA PRATA: Campo do Meio, no Sul de Minas. Quem coordena, quem acompanha lá, apesar da gente ainda ter algumas ações na justiça, mas nós teve no período que a gente, é, advogou muito no município que aí era comarca lá é Campos Gerais, mais eu quero falar um pouquinho antes inclusive de ter MSP aqui no estado de Minas Gerais, lá era uma usina, era violência contra o trabalhador, não pagava mais salários, porque ela tava entrando em dificuldade financeira, bem, eles alegavam que isso, a gente não sabe né. E, aí contratava os trabalhadores, já não pagava mais os funcionários, nós temos um funcionário aqui que na verdade foi expulso de lá com arma, isso no passado em 82, 83, quando eles começaram a não pagar mais os funcionários.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Cê lembra o nome deste funcionário?

SÔNIA PRATA: É, ele chama Rômulo. Ele é funcionário aqui.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Rômulo?

SÔNIA PRATA: É. Outra propriedade parecida, que era antiga usina.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Cê sabe o nome da usina ou não?

SÔNIA PRATA: É Usina Ariadnópolis.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Ah, o (trecho incompreensível).

SÔNIA PRATA: É, então hoje lá é toda ocupada pelo concordenação do MST, mas tem essa história do passado né.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Antes ainda de ter essa ocupação, porque ela ficou lá sem produção, aí veio os movimentos e organizou uma ocupação.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Aham.

SÔNIA PRATA: Isso já tem mais uns 18 anos mais ou menos de ocupação.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: O coordeno do MST tá lá?

SÔNIA PRATA: Coordeno, isso. Só que no passado, no final dos plantios tudo era de exploração do proprietário de forma diferente.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Aham. E aí a FETAEMG tava defendendo esses trabalhadores?

SÔNIA PRATA: Sim, esses funcionário trabalhava, era um assessor da FETAEMG que trabalhava no Sul de Minas. Quando chega o presidente da FETAEMG aqui antigo no tempo aí da ditadura, que chama Breno Galvão, que mora em Muzambinho.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Outra usina também parecida com essa história, criou um projeto de

assentamento, é, em Bocaiúva, chama Usina, lá hoje chama PA Betinho. Por causa do Betinho né.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Chama o que? Betinho?

SÔNIA PRATA: Betinho. É. PA Betinho, projeto de assentamento do Betinho.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Ah, PA Betinho.

SÔNIA PRATA: É. Betinho, por causa do Betinho que era de Bocaiúva. Né isso?

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum. Betinho Duarte?

SÔNIA PRATA: É, isso. É, lá a usina me fugiu o nome da usina aqui agora, esqueci o nome da usina, mas era do mesmo jeito. Ela foi entrando, porque a gente não sabe se essa falência ela é de propósito como é que ele é né. Eles começam a não pagar o salário dos funcionários, começa aquele tipo de violência, de exploração, assina carteira, não paga todo salário, não paga 13º, é, é o (trecho incompreensível) como é do Sul de Minas, em Bocaiúva. Agora só que em Bocaiúva já é um projeto de assentamento.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: E era MST lá também em Bocaiúva?

SÔNIA PRATA: Não lá é movimento sindical que acompanha desde o início.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Aí vocês acompanham?

SÔNIA PRATA: Nós acompanhamos, esse é ainda a gente ainda acompanha como pode né porque lá é mais de 20 000 hectares, diferente do Sul de Minas que é 4 000 e poucos hectares.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Então é um projeto grande?

SÔNIA PRATA: Lá no Norte de Minas é um projeto de quase setecentas famílias, mas já é um projeto de assentamento.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: A maioria das pessoas que estão lá, porque assim, essa redução de trabalho e não pagamento e tudo, ela começa já a reduzir os funcionários. As pessoas começa a ir embora né.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Quem tava (trecho incompreensível) era de outro estado, ou era de outra cidade e acaba não voltando e aí, é, poucos entraram com ação na justiça e conseguiu receber alguma coisa, mas lá hoje é um projeto de assentamento e muitas das pessoas que, muitas, não são todas não, muitas pessoas que foram assentados na época eles já tinham trabalhado na usina cortando cana.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum. Aí foram assentados lá?

SÔNIA PRATA: Foram assentados lá.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: E sobre o André (F).

SÔNIA PRATA: (F) (trecho incompreensível) ele não foi o primeiro, mas nós temos contato, ele mora em Muzambinho, ele é pequeno produtor, é, vocês conseguem falar com ele, eu consigo contato dele.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: (trecho incompreensível) por favor nos passar o contato.

SÔNIA PRATA: Eu vou passar várias pessoas pra vocês.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: A gente tem um telefone, só que não atende.

SÔNIA PRATA: (trecho incompreensível) é porque ele mora na roça.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: (trecho incompreensível) contato com ele. É, nós já tentamos em vários horários, tentei falar com a filha dele.

SÔNIA PRATA: Pois é. Quando eu entrei na FETAEMG, eu fui contratada.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Por ele?

SÔNIA PRATA: É, por ele. Eu já conhecia ele antes né, que eu tava trabalhando no sindicato, mas quando ele contratada eu fui contratada.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: A gente percebeu que a diretoria dele, as vezes ao olhar nosso não sei se você vai concordar, que ele foi muito atuante.

SÔNIA PRATA: Foi muito atuante. Na verdade é assim, não achávamos, eu por exemplo, não achava que ele era tão atuante. Com o passar do tempo, eu descobri pela violência, pela perseguição ao movimento sindical na época, ele foi muito atuante, entendeu?! Ele era a favor de luta pela terra né. Ele conversava, a gente dava assistência jurídica pra que tinha vários advogados, dava assistência jurídica para ocupantes recentes, que tem dois lados né, é pessoas que ocupa o imóvel que tá improdutivo, que isso é uma coisa que acontece até hoje muito, trabalhadores que tá na luta pela terra.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Que a gente dá assistência e assessoria jurídica. E também posseiros que resistiam na terra.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Que são expulsos, que tão sendo expulso, que já foram expulso. A gente, bem, dá assistência jurídica dentro da possibilidade tá, porque assim, na verdade eu sou a única, é que nós somos três advogados aqui na sede, uma acompanha, dividido em departamentos, eu

acompanho questões agrárias, tem de previdência assistência social, e a outra assalariados e relações de emprego.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Aí você acompanha?

SÔNIA PRATA: Só agrária.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: A questão agrária.

SÔNIA PRATA: Agrária.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Mas aí é você pro estado inteiro?

SÔNIA PRATA: Pro estado todo. Mas assim, recentemente a FETAEMG tá tendo advogados em quase todos os polos, Jequitinhonha, Norte de Minas, é, Triângulo Mineiro, Sul de Minas, e tem mais também, região Leste.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Aí é um advogado?

SÔNIA PRATA: É um advogado por região.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: E aí de vez em quando cê vai lá?

SÔNIA PRATA: Eu ainda vou ainda, eu ainda pego ainda eles fazem questões gerais, eu ainda tenho alguns processos que eu ainda acompanho ainda.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Ainda vou. A maioria deles ainda é (trecho incompreensível), hoje a gente trabalha um pouco juntos, outros advogados também trabalham sozinhos.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Mais alguma questão (F)? No Triângulo Mineiro, você por acaso teve algum contato ou cê lembra da ex vereadora e ex advogada (trecho incompreensível) sindicato de Patrocínio? É ele mesmo?

SÔNIA PRATA: (trecho incompreensível) Sim, mais assim A Esmene ela trabalhou na FETAEMG como orientadora. Quê que era orientadora? Na verdade que discutia sobre sindicato, quê que, o quê que o sindicato, pra quê que o sindicato, como é que o sindicato ia trabalhar, é, então a Esmene quando ela começou a trabalhar na FETAEMG, foi antes ainda que eu trabalhasse (trecho incompreensível) sindical né. Foi nos anos 70, ela antecedeu, quando entrei ela já nem era advogada da FETAEMG, ela não era é, a gente chamava de orientadora que é esse tipo de trabalho educativo, seria mais ou menos, só que a educação não é a educação formal, é a educação sindical.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: (trecho incompreensível)?

SÔNIA PRATA: A Esmene então trabalhou aqui no período do André (F) inclusive. É, aí ela fez Direito nesse período e ela foi advogar no sindicato de Patrocínio, quando é, como eu passei no

Triângulo Mineiro quando ela ainda tava saindo do sindicato ainda peguei alguns processos que ela trabalhava ainda, eu conheci sim, aí depois né, logo em seguida ela foi assassinada.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Cê acredita que ela foi assassinada?

SÔNIA PRATA: Olha, é, pelo histórico da família na época, pelo que a família comentou é, como é que foi, e pelo que eu conheci da vontade de viver da Esmene, eu realmente não acredito em suicídio. Mas é sem, não tem provas nenhuma né. É assim, a vontade de viver que você sabe como é que é né, eu sei como é que é né, nem penso na morte, nem acredito que ela vá acontecer comigo. Eu acho que a Esmene era assim, não éramos amigas né, assim, amiga pessoal, mais eu conheci, (trecho incompreensível), era atuante, era preocupada com os trabalhadores. Então, é, eu acredito que ela foi assassinada, tanto pelo que, não pelo que li nos jornais né, mas pelo que a família comentou e pelo que eu conheci dela.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Cê se lembra do que a família comentou ao certo? (trecho incompreensível) da época?

SÔNIA PRATA: Não, só. É porque eu conheço os fatos né, só que né, não foi suicídio, que não deveria por causa de várias questões né. Assim, é, pelo que aconteceu, pela a polícia falou que ela mesma, ela contratou pessoas pra espancar e essas pessoas nunca foram encontradas. Então tem indícios sim que na verdade não foi suicídio. Tem uma questão, mas só que foi no início dos anos 80, é, o assassinato do presidente do sindicato de Pompéu, é só, quando eu cheguei, comecei a trabalhar aqui a uns 22 anos atrás, ele era, assim, a vontade dele de desapropriação de terra pra tantos trabalhadores sem terra que tava expulso da terra né. E, era uma propriedade que foi desapropriada é, aí já era um estado nos anos 90 já né, (trecho incompreensível) uns 96, então é quase 2000, então a primeira propriedade até coloquei aqui, é, a primeira propriedade que foi desapropriada ela chama Projeto de Assentamento 26 de outubro. É, logo que tava desapropriando que as pessoas entraram e tudo, é, ele começa a denunciar é, exploradores de (trecho incompreensível) e gente, pessoas de fora que tava desmatando, então ele teve uma tentativa, bem, então no meio disso tudo, e ele era um dirigente sindical atuante, o nome dele é Ivo.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Ivo?

SÔNIA PRATA: Ivo.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Cê se lembra o sobrenome?

SÔNIA PRATA: Não. É, ele é, ficava denunciando ao Incra né porque a terra já tinha sido desapropriada, e aí acho que foi dos anos 2000, ele foi assassinado e essa história apesar de ter,

o Inkra tem, não a polícia militar, a polícia na investigação ter encontrado uma pessoa né, já era uma pessoa mais de 60 anos, que teria sido que matou ele né, é, isso também nunca ficou claro, não sabe assim, ninguém nunca acreditou muito que era essa pessoa ou que o motivo do assassinato teria sido porque, o passou uma, o carro em cima numa galinha que eles era vizinho de assentamento (trecho incompreensível).

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: (trecho incompreensível) histórias um pouco nebulosas né.

SÔNIA PRATA: É, primeiro ele sofreu atentado, ele vivia dizendo que tinha gente no terreno vizinho, ou que tinha carro diferente perto do lote dele e acabou que ele foi assassinado mesmo, aí depois da tentativa, sei lá, 1 ano, 2 anos depois. A pessoa acabou que nem foi pra cadeia, eles esconderam uns dia né, nos primeiros dias, aí depois só no decorrer da investigação que conseguiram. Tem um assassinato que ontem me lembrei o município, mas quando cheguei pra cá, Belo Horizonte, tinha acabado de acontecer, mas foi então no início dos anos 90 é, era posseiros dentro do imóvel, depois eu vou lembrar qual que é o município. É, era posseiros, eram duas irmãs e essa que foi assassinada pelo dono, que se dizia dono da terra, é, ela tinha uma criança que tá viva, então a mãe foi assassinada acho que ela tava com a criança no colo, e, é a FETAEMG na época foi lá e buscou a, depois do assassinato né, pra tirar ficou com medo acho porque o proprietário queria matar todo mundo, aí pegou a irmã dela e com essa criança que, era sobrinha dela, ficou aqui no prédio, ficou aqui é, alguns anos na verdade, ela ficou muitos anos aqui. E hoje.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: As duas ficaram morando aqui? A tia.

SÔNIA PRATA: Uma foi assassinada

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: E a sobrinha.

SÔNIA PRATA: É, e a filha pequena

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Cê se lembra o nome delas?

SÔNIA PRATA: Bem, a que foi assassinada eu não me lembro mais.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum.

SÔNIA PRATA: Mais, é, a irmã ela mora aqui perto numa cidade, mas é uma cidade tipo Contagem, mas aqui próximo. Eu sou madrinha inclusive de um dos filhos dela, que ela casou com uma pessoa que trabalhava aqui também e mudou pra lá e tal. É, nós, acho que vários funcionários ela teve três filhos, então a gente é madrinha ou padrinho dos filhos dela. Então eu consigo o contato dela aqui. Até 96 não, 98, 99 o que se dizia proprietário e que assassinou a

irmã dela porque elas não queriam sair de lá, na verdade ele queria que ela saísse de lá, ele nem tinha sido nem, não tinha nem julgamento ainda. A gente na verdade não consegue acompanhar todos os processos não, assim, a gente vai muito pela prioridade, pelos conflitos atuais né, como a irmã acabou saindo de lá e a gente acabou assim, então pro final dos anos 90 não tinha acontecido julgamento, o processo tava lá.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: É, mas não deve ter acontecido nada com ele.

SÔNIA PRATA: Não, não aconteceu nada, é, foi assassinada e tava em cima do cavalo e tal.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: E esse assassinato aconteceu quando? Em 90 e poucos que você tinha falado.

SÔNIA PRATA: É, início dos anos 90, não foi antes de 88 não. Foi início dos anos 80, é que eu me lembrei que violência contra mulher ela é uma coisa assim evidente em todos os momentos né, todos os lados, todas as pessoas, principalmente, posseiras. Então esse caso só de mulher, é muito triste. É isso gente.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Mais alguma informação de mais alguma liderança, ou caso de assassinato, perseguições, atuações de dirigentes?

SÔNIA PRATA: Ah gente, agora perseguições contra dirigentes sindicais praticamente até hoje, quase todos, principalmente se ele for um sindicalista atuante, e ainda é, por proprietário, pros que se diz proprietário, é, de vários sentidos não só por luta pela terra também, por pagamentos, assinatura de carteiras de, e hoje proprietários ainda, plantadores de café onde eles contratam muitos empregados, plantadores de cana que alguns assinam a carteira, outros não assinam, isso o tempo todo que eu trabalhei no movimento sindical, é, violência e perseguição contra dirigentes sindicais como foi o caso da Cida né, Cida acabou, acredito que saiu lá da região porque ela foi muito perseguida. Não só ela, tem outros também que foram né, perseguidos que acabou até saindo do sindicato né, Arinos por exemplo, o dirigente sindical da fundação dos sindicato já estava lá é, o dirigente sindical na época, depois foi o João, mas o primeiro acho que também chama João, não me lembro o sobrenome dele, mas ele acabou saindo do sindicato e tal, de receio com a quantidade de ameaça que é, ele sofreu. Até eu também, é, um grileiro da Fazenda do Menino que depois até assassinou esse Januário né, ele é, mandou dizer que eu ia aparecer com a boca cheia de formiga, então era uma coisa também que. E não era só isso, tinha violência física, mas tinha outras formas de violência, é, trabalhadores que recorria à justiça né, defensoria pública e tudo, advogado, na época eles nomeavam né, eles não conseguiam isso, hoje mudou um pouco né. Eu acho que principalmente na cidade de Belo Horizonte cês vêm pra

lá, a defensoria pública e atende né as pessoas, na época não, o juiz nomeava a advogada não aceitava, era muito difícil, principalmente nessa linha de luta pela terra, era luta e resistência (trecho incompreensível) é, quem acabava ocupando a terra por falta de opção, porque não tinha onde trabalhar, onde, é, tava retirando empregos né, corte de cana, de café, nós temos muitos assentamentos no Triângulo Mineiro, por falta de emprego né, Noroeste de Minas também é, e também por não assinatura de carteira, o não pagamento de salário, vários tipos de violência nesse sentido, na defesa dos trabalhadores, todo mundo, a maioria né, depende um pouco da região né, mais a maioria era perseguidos. Bem, (trecho incompreensível) isso pra vocês é mais ou menos isso.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Muito obrigada Doutora.

SÔNIA PRATA: Nada gente.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Pelas suas palavras.

SÔNIA PRATA: Eu vou pegar aqui o telefone, vou pegar o contato de vocês e posso mandar o email de várias pessoas, inclusive a Rita pra ela comentar com vocês que ela acompanhou lá no Jequitinhonha bem mais, algumas é, luta pela terra.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Uhum. É, o.